



OBSERVATÓRIO **BR-319**

<<< INFORMATIVO Nº 23 | SETEMBRO 2021 >>>

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

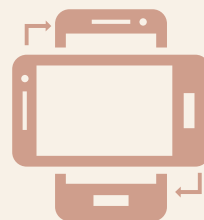
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Dnit realiza audiências públicas no Amazonas e apresenta estudos incompletos sobre Trecho do Meio da BR-319

9 Interior em Foco

- Oficina de comunicação terá ajustes para melhor aproveitamento

11 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento
- Covid-19

19 Ciência

- Audiências públicas BR-319: um atentado aos interesses nacionais do Brasil e ao futuro da Amazônia

21 Minuto BR



Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Esta edição do nosso Informativo chega um pouco depois do esperado devido a importância dos últimos acontecimentos sobre o licenciamento de obras da rodovia.

Mesmo com estudos incompletos, o Dnit decidiu realizar audiências públicas sobre o Trecho do Meio. É importante deixar claro que o OBR-319 não é “contra a rodovia”, mas defende que o direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé nos termos da **Convenção nº 169 da OIT** seja respeitado para garantir o bom andamento do processo de licenciamento das obras. Por isso, é inaceitável que as audiências públicas para apresentação de estudos ambientais sejam realizadas neste momento, em que os estudos ainda não foram concluídos, durante uma pandemia, que ainda está fora de controle, e sem ouvir as populações indígenas e tradicionais.

Também é inaceitável que posições divergentes, em qualquer circunstância ou espaço de discussão, sejam rechaçadas com vaias e outras manifestações de descontentamento que causem constrangimento a qualquer das partes. Infelizmente, o cientista Philip Fearnside foi alvo de ataques xenofóbicos na audiência de abertura. A seção Ciência traz na íntegra o artigo que ele tentou ler durante a ocasião, mas foi silenciado. O texto é contundente e recheado de argumentos com comprovações científicas.

O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR, DESMATAMENTO E COVID-19

Na seção Destaque do Mês, você se informa sobre acontecimentos importantes durante as audiências e fica sabendo a opinião e o posicionamento do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), organização que representa populações tradicionais que vivem em territórios de uso coletivo, mas que também luta pelos direitos de pessoas de fora desses territórios e ribeirinhos. No Interior em Foco, falamos sobre as mudanças na oficina de comunicação coordenada pelo WWF voltada para jovens indígenas e extrativistas.

Na seção monitoramento, os números sobre focos de calor e desmatamento, infelizmente, seguem a tendência preocupante dos últimos meses.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês



Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, diretor de planejamento e pesquisa do Dnit, na audiência pública realizada em Manaus.

Dnit realiza audiências públicas no Amazonas e apresenta estudos incompletos sobre Trecho do Meio

De 27 de setembro a 1º de outubro, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) realizou audiências públicas para apresentar estudos ambientais sobre o Trecho do Meio da BR-319.

O evento aconteceu presencialmente em Manaus, Careiro, Manicoré e Humaitá e foi transmitido pela internet para Brasília, Borba, Beruri e Canutama. Nos três dias, o que se viu foi a baixa adesão da população que será mais impactada pela obra, falhas na transmissão pela internet e dificuldades do Dnit e outros órgãos do governo em responder de maneira objetiva a questionamentos.

“É temerário que essas audiências sejam realizadas desta forma e nas atuais condições”, destacou a secretária executiva do Observatório BR-319 (OBR-319), Fernanda Meirelles. “Etapas e processos importantes, como a consulta a indígenas e



Foto: Divulgação / Dnit

extrativistas, estão sendo ignorados. Isso coloca em risco o bom andamento do licenciamento das obras”.

As audiências públicas são previstas e obrigatórias dentro do processo de licenciamento de obras como as da BR-319. No

entanto, não devem acontecer antes das consultas aos povos indígenas e tradicionais da região impactada pelas obras, muito menos antes da conclusão de etapas, como o Estudo do Componente Indígena (ECI), que faz parte do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

“Repudiamos a decisão do Dnit em realizar as audiências públicas sobre o Trecho do Meio desta maneira! Entendemos que, agora, elas são arbitrárias, excludentes e violam o direito da livre participação das comunidades tradicionais e indígenas neste processo”, afirmou o secretário geral do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Dione Torquato. “Antes de prosseguir com as obras, o governo tem que estabelecer mecanismos seguros de governança e nos incluir em políticas públicas, pois por causa da rodovia, as populações extrativistas têm a situação social agravada ano após ano”, acrescentou.

Em nota divulgada no dia 16 de setembro, o OBR-319 decidiu não participar das audiências. “Como afirmamos na nota de posicionamento, não existem condições jurídicas, sociais, ambientais e sanitárias para a discussão do licenciamento do Trecho do Meio”, reafirmou Fernanda Meirelles. “A adesão à vacinação na área de influência da rodovia está baixa e ainda tem o agravante da precariedade da conectividade à internet nas comunidades”, acrescentou.

A posição foi reforçada pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) em uma carta encaminhada ao Ministério Público Federal e citada na recomendação feita pelo



órgão ao Ibama dois meses antes do evento. Somado a isso, a **adesão à vacinação entre povos e comunidades tradicionais ribeirinhas** na área de influência da rodovia está baixo, na faixa dos 20%.

DIVERGÊNCIAS

Mesmo com um **plano de comunicação**, que previa a ampla divulgação da programação das audiências em rádio, TV, cartazes e carros de som, populações indígenas, tradicionais e até urbanas não aderiram aos eventos. O OBR-319 recebeu mensagens de moradores da rodovia que diziam não ter conhecimento da realização das audiências. A ocasião que teve presença mais expressiva da população foi a de Manaus, com predominância de pessoas a favor da rodovia, que não utilizaram argumentos técnicos e nem científicos na defesa de suas opiniões. Foi nesta audiência que ocorreu o triste **episódio de xenofobia envolvendo o pesquisador Philip Fearnside**, mas outras críticas às obras da rodovia também foram recebidas com intolerância.

Por onde a audiência passou, também houve manifestações de preocupação em relação à fiscalização ambiental e ao combate à grilagem de terras. “Essa é uma questão que foge um pouco da responsabilidade do Dnit em si”, respondeu o diretor de planejamento e pesquisa do Dnit, Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, a uma das perguntas sobre o assunto. “O Dnit, ele é um órgão que é responsável, quando o processo de licenciamento sair, pela construção da

rodovia, para fazer a engenharia, a proposição da boa engenharia”, continuou. “Esse aspecto, ele foge um pouco da nossa competência. Esse assunto vai envolver outras entidades governamentais, federais, estaduais. Eu acredito que isso seja uma preocupação do governo federal, eu vejo isso dentro do governo federal. Mas eu não posso falar, só posso falar pelo processo que envolve o Dnit, não consigo responder de fato esse aspecto que perpassa um pouco a nossa competência. Acho que outras entidades deverão responder sobre essa preocupação”, concluiu Luiz.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também não soube dizer quais medidas estão previstas para combater os problemas socioambientais que serão agravados com a repavimentação. “É uma recomendação que já está presente desde sempre, que é o fortalecimento institucional para trabalhar essas questões que dizem respeito à grilagem de terras, à ocupação ilegal de terras, vamos dizer assim. E que é uma preocupação que temos também, pois esse processo demorou anos para avançar em razão desse tipo de preocupação”, disse o analista ambiental do órgão do ambiental, Rodrigo Herles. “Ainda não tomamos a decisão sobre a viabilidade ou não deste empreendimento, estamos dando um passo aqui, no caminho de em algum momento ter uma licença assim que o projeto se apresentar em condições de ter essa decisão. Espero que seja logo, mas, enfim, não podemos adiantar uma decisão nesse sentido”, acrescentou.

De Canutama veio o apelo por integração e políticas públi-

cas. “Eu gostaria de saber até quando o resto do Brasil vai tratar o Norte como filho bastardo”, disse uma professora através da videoconferência. “Até quando nós pagaremos o preço por falta de estratégia do governo para que políticas públicas possam nos alcançar”, acrescentou. Em Humaitá, uma engenheira manifestou preocupação sobre a segurança de quem transita na estrada. “Toda a sinalização, vertical e horizontal, além da segurança com barreiras foi pensada e serão executadas. Também serão criados pontos de apoio para quem circular na rodovia além dos portais que estão previstos ao longo do trajeto”, respondeu o diretor de planejamento e pesquisa do Dnit.



Foto: Divulgação / Dnit

O Trecho do Meio da BR-319 recebe pequenas manutenções para possibilitar o tráfego de veículos.

POSIÇÃO DO GOVERNO

Antes do início das audiências, o Observatório BR-319 foi procurado pela subsecretária de sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura, Larissa Amorim. Em reunião com as organizações membro na sexta-feira (24) ela explicou que, no entendimento do governo federal, as audiências públicas são a única consulta que será realizada com a sociedade em geral, o que inclui as populações tradicionais. “Estamos cumprindo tudo o que o Ibama pediu até agora”, garantiu Larissa. “A consulta, nos moldes da Convenção 169 da OIT, não integra o processo de licenciamento, só usamos a Portaria nº 60. As populações extrativistas não têm um interlocutor no governo como os indígenas têm a Funai”, acrescentou para justificar que as populações representadas pelo CNS não terão exceções no processo de consulta.

Sobre os povos indígenas, Larissa afirmou que o ECI está incompleto e que só será apresentado às comunidades quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) considerar as condições sanitárias seguras. Ela também revelou que o órgão tem um plano de comunicação para que esse estudo seja apresentado.

A secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação do PPI, Rose Hofmann, disse ao OBR-319 que, após as audiências públicas, há um prazo de 15 dias em que ainda é



Foto: Emanuelle Araújo / Up Comunicação / OBR-319

possível enviar contribuições ou questionamentos ao Dnit. “Na sequência, será realizada vistoria técnica pelo Ibama à rodovia às consultas aos povos indígenas”, explicou. “Os estudos ambientais foram considerados suficientemente completos para o debate com a sociedade, o que não significa dizer que são o produto final do licenciamento prévio. As próprias contribuições das audiências públicas ajudarão o órgão ambiental em sua manifestação conclusiva”, acrescentou Hofmann.

Ela também disse que ECI terá um rito próprio, regido pela Instrução Normativa Funai nº 2/2015. “Ele será debatido com as comunidades tão logo sejam providenciados os ajustes solicitados ao Dnit pela Funai e que esta dê o aval para o agendamento da apresentação”, finalizou.

ENTENDA – AUDIÊNCIAS FORAM CANCELADAS, MAS PROSEGUIRAM NO MESMO DIA

Além a recomendação ao Ibama para que as audiências não fossem realizadas, o MPF também entrou com uma ação na Justiça Federal pedindo o cancelamento dos eventos enquanto durar a pandemia. No fim da tarde do dia 27, a juíza Mara Eliza Andrade, da 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária, atendeu ao pedido do órgão. No entanto, horas depois, o desembargador Ítalo Fioravante Sabo Mendes, suspendeu a liminar e deu prosseguimento à programação. No dia 29, o MPF recorreu da decisão e aguarda manifestação da Justiça.



NESTA EDIÇÃO

Interior em Foco

Oficina de comunicação terá ajustes para melhor aproveitamento

Programação coordenada por WWF-Brasil e Coiab terá alterações e revisão de metodologia devido a problemas de internet nas comunidades.

A Oficina de Comunicação Popular na Floresta – Edição BR-319 realizada pelo WWF-Brasil e pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), como parte da estratégia de comunicação do Observatório BR-319, está temporariamente suspensa devido a problemas de internet. As comunidades onde moram os jovens participantes do curso têm sofrido com interrupções no serviço e, por enquanto, não há previsão de restabelecimento. “Não vemos isso como um problema grave e irremediável, pelo contrário, é uma oportunidade para que possamos fazer mudanças e nos adequar à realidade, o que inclui esse tipo de adversidade, dos jovens extrativistas e indígenas que participam do curso”, explica a analista de engajamento do WWF – Brasil e coordenadora da iniciativa, Angélica Mendes.



Foto: Divulgação / WWF-Brasil

As aulas tiveram início no dia 03 de setembro e foram suspensas no dia 17. A previsão era de que elas fossem realizadas nas sextas-feiras do mês. No entanto, devido a chuvas, vendavais e a conectividade precária, Angélica optou por parar momentaneamente as aulas para não afetar a continuidade do processo de aprendizado dos participantes. “Todo o conteúdo



da oficina foi pensado para eles, para que eles tivessem uma experiência proveitosa e agregadora. Para evitar que problemas técnicos alheios a nossa vontade comprometessem o momento, achamos mais prudente suspender temporariamente os encontros, mas imediatamente começamos alinhar soluções que estão em fase de aprovação e, em muito breve, serão postas em prática”, acrescenta Angélica.

A oficina recebe o apoio da Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas, além dos membros do Observatório BR-319, formado pelas organizações: Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Wildlife Conservation Society (WCS – Brasil), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), WWF – Brasil e Transparência Internacional Brasil.



Monitoramentos: Focos de Calor, Desmatamento e Covid-19

Queimada em Porto Velho (RO) para expansão da agropecuária. Imagem da expedição realizada entre 13 e 17 de setembro, nos municípios de Porto Velho, Rondônia, e Lábrea, sul do Amazonas.



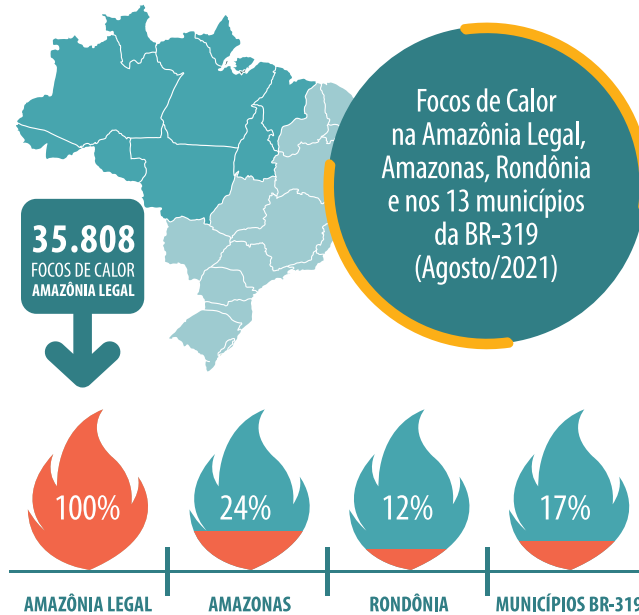
Monitoramento de Focos de Calor

AM E MUNICÍPIOS DA BR-319 BATEM RECORDE

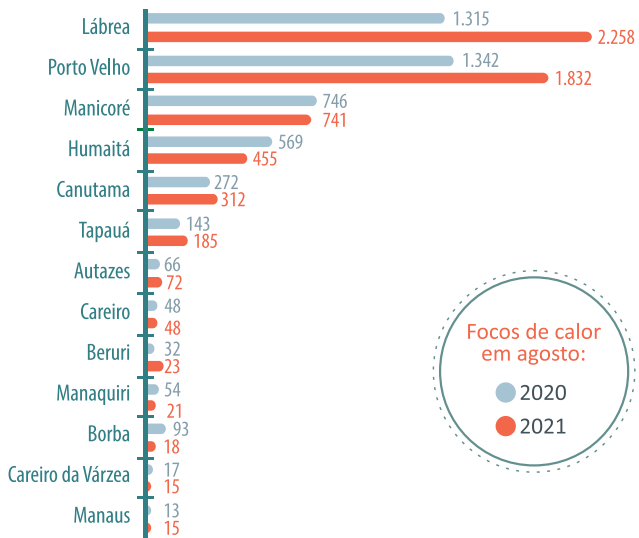
Em agosto de 2021 foram detectados 35.808 focos de calor na Amazônia Legal (AL), o que representa uma queda de 9% em comparação com agosto de 2020. O Amazonas (AM) apresentou 8.583 focos de calor, Rondônia (RO) 4.323 e os municípios da BR-319, 5.995 focos, apresentando aumentos de 7%, 40% e 27%, respectivamente. O número de focos de calor no AM e na BR-319 foram recordes da série histórica (2010-2021) para o mês de agosto.

MUNICÍPIOS DA BR-319 NO TOP 10 DA AMAZÔNIA LEGAL

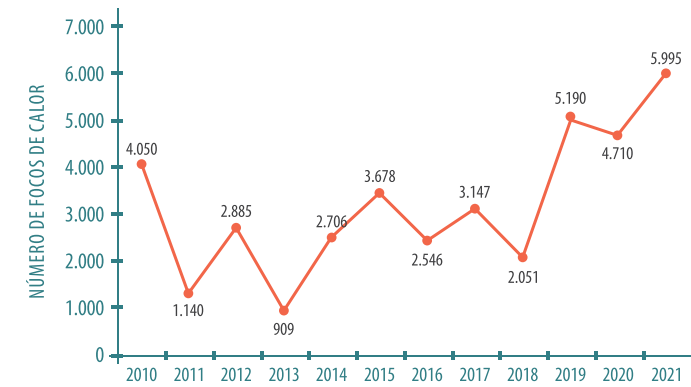
Em agosto, Lábrea foi o município que mais apresentou focos de calor dentre todos da Amazônia Legal. Porto Velho e Manicoré, também localizados na região Sul do Amazonas, aparecem com Lábrea na lista dos 10 municípios com maior número de focos de calor nesse mês, em 3º e 10º lugar, respectivamente. Além disso, pelo terceiro mês seguido, Lábrea bateu o recorde de número de focos de calor para o mês dos últimos 12 anos. Completam a lista de recordes em agosto os municípios de Tapauá e Autazes.



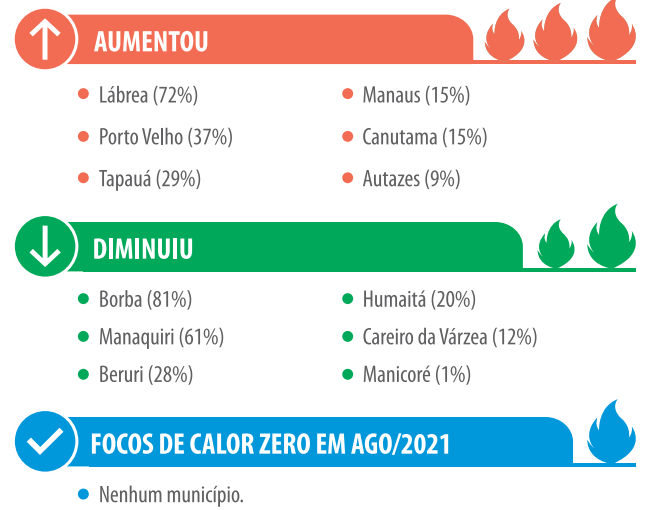
NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE AGOSTO (2010 A 2021)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A AGOSTO DE 2020



* Careiro e Manaus mantiveram o mesmo valor apresentado em julho de 2020.



TI KARIPUNA EM ALERTA

Vinte e três Unidades de Conservação (UCs) e 31 Terras Indígenas (TIs) monitoradas pelo Observatório BR-319 apresentaram focos de calor em agosto. Esse foi o maior número de registros em TIs na série histórica do mês de agosto.

O destaque do mês foi a TI Karipuna, que liderou o ranking entre as TIs monitoradas e bateu o recorde de focos de calor para agosto dos últimos 12 anos, com 56 focos. Importante ressaltar que, em maio desse ano, o governo de Rondônia reduziu a área do Parque Estadual de Guajará-Mirim que fazia fronteira com a TI Karipuna, diminuindo a proteção da área. Para mais informações sobre focos de calor nas Áreas Protegidas monitoradas, [clique aqui](#).

45% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

56% DAS 41 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

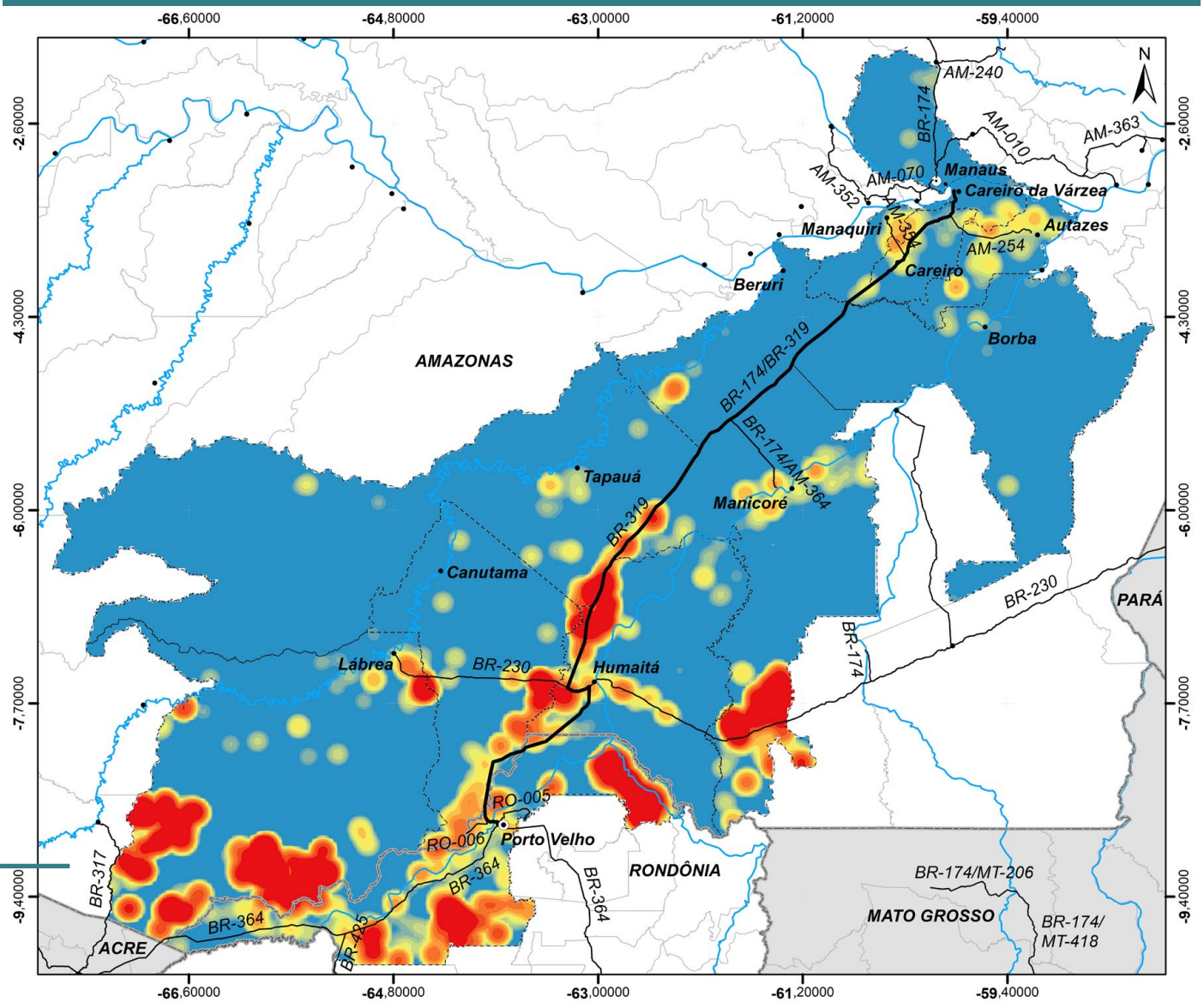
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Agosto 2021





Monitoramento de Desmatamento

Em agosto de 2021, a Amazônia Legal (AL), o estado do Amazonas e os municípios da BR-319 bateram recorde de desmatamento para esse mês dos últimos 12 anos, com 160.624 hectares (ha), 41.201 ha e 27.372 ha desmatados, respectivamente. Esses valores representam aumentos de 7%, 42% e 22% no desmatamento nessas regiões em comparação a agosto de 2020. Rondônia apresentou queda de 21%, com 16.676 ha desmatados.

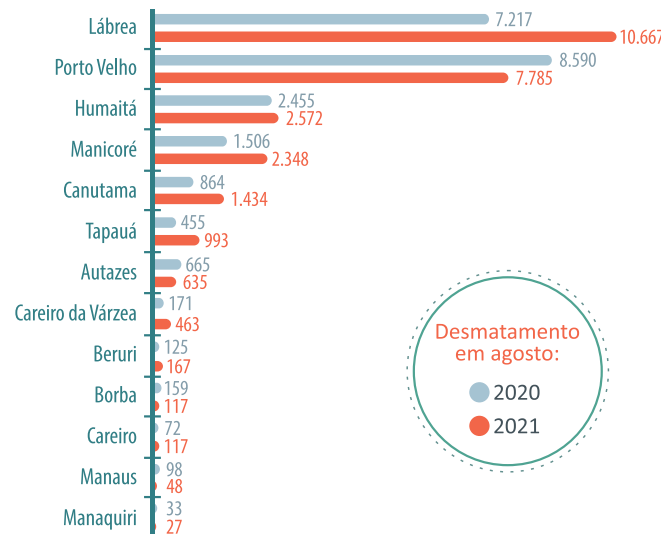
NOVOS RECORDES PARA OS MUNICÍPIOS DA BR-319

Novamente, os municípios localizados ao sul da BR-319 lideraram o ranking de desmatamento. Lábrea, além de liderar entre os 13 municípios, foi também o que mais desmatou entre todos da AL. Porto Velho foi o 3º mais desmatado em toda a AL. (Boletim do Imazon – agosto de 2021).

Oito municípios bateram recorde de desmatamento para o mês de agosto dos últimos 12 anos. Careiro da Várzea e Tapauá foram os que apresentaram os maiores aumentos em comparação a agosto de 2020, de 170% e 118%, respectivamente.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A AGOSTO DE 2020

AUMENTOU

- Careiro da Várzea (170%)*
- Manicoré (56%)*
- Tapauá (118%)*
- Lábrea (48%)*
- Canutama (66%)*
- Beruri (34%)*
- Careiro (62%)*
- Humaitá (5%)*

DIMINUIU

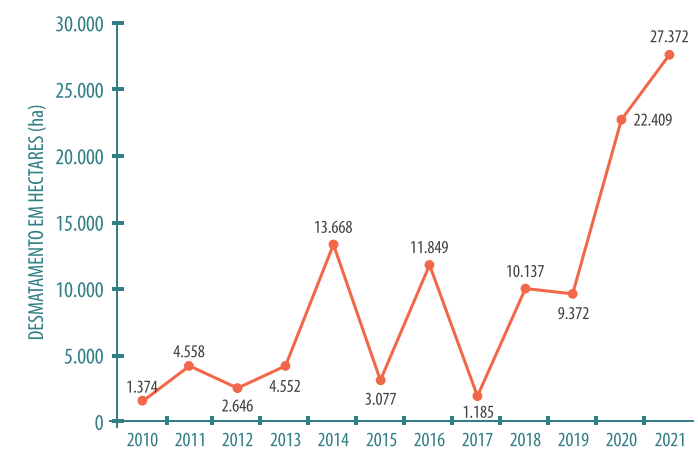
- Manaus (51%)
- Porto Velho (9%)
- Borba (26%)
- Autazes (4%)
- Manaquiri (18%)

DESMATAMENTO ZERO EM AGO/2021

- Nenhum município.

*Municípios que apresentaram desmatamento recorde da série histórica (2010-2021).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE AGOSTO (2010 A 2021)





MAIS RECORDES PARA AS ÁREAS PROTEGIDAS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319

Oito Unidades de Conservação (UCs) e 12 Terras Indígenas (TIs) bateram recorde de desmatamento para o mês de agosto dos últimos 12 anos. Além disso, uma UC e uma TI apresentaram desmatamento pela 1ª vez desde janeiro de 2010. As TIs Tenharim Marmelos (Gleba B), Kaxarari e Karipuna, e as UCs Flona do Bom Futuro, Parna Mapinguari e Parna dos Campos Amazônicos, as mais desmatadas do mês, estão localizadas na área de influência da região sul da BR-319. Para ver os dados de desmatamento nas Áreas Protegidas monitoradas, [clique aqui](#).

30% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

41% DAS 41 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

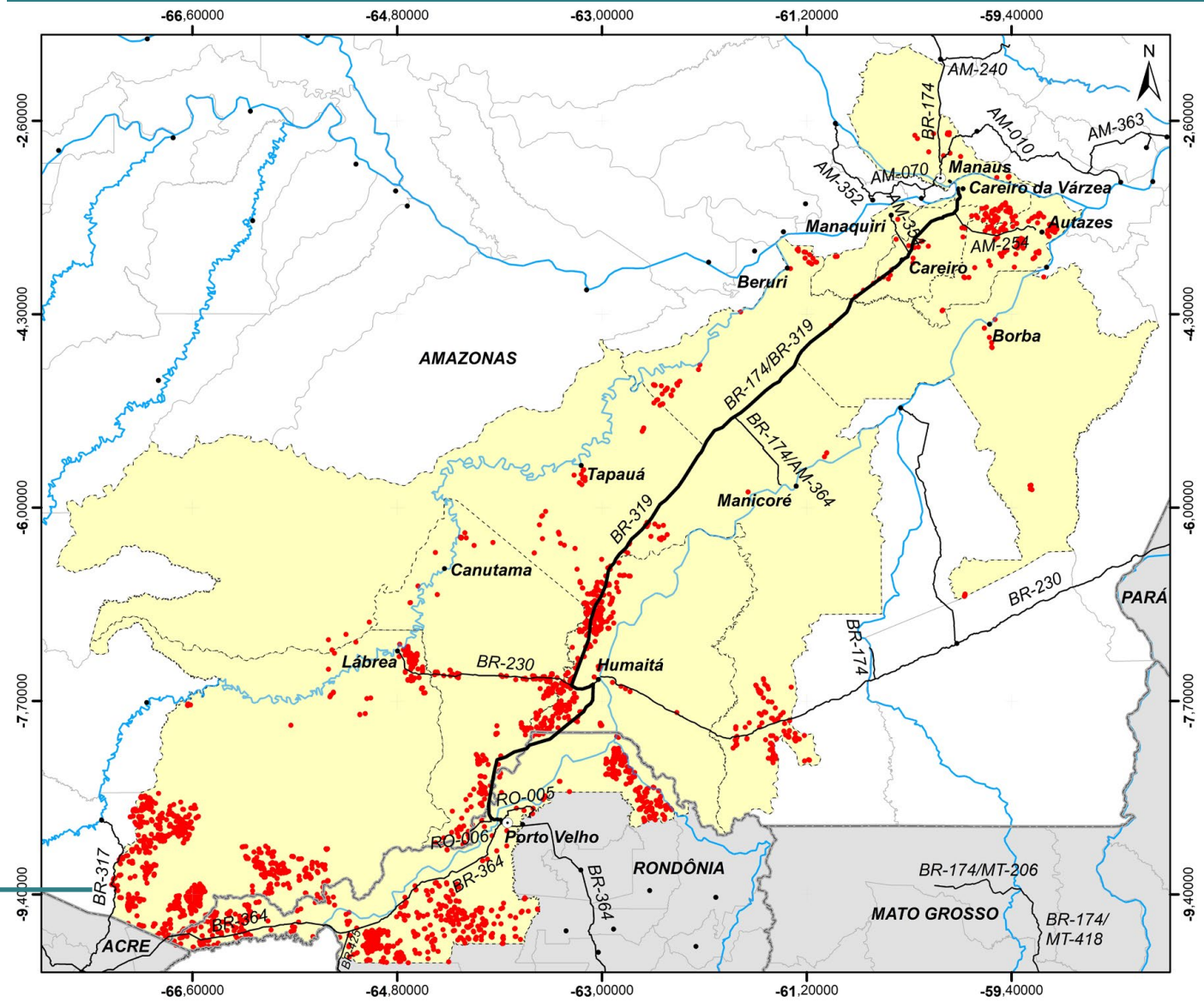
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Agosto 2021



Monitoramento da covid-19

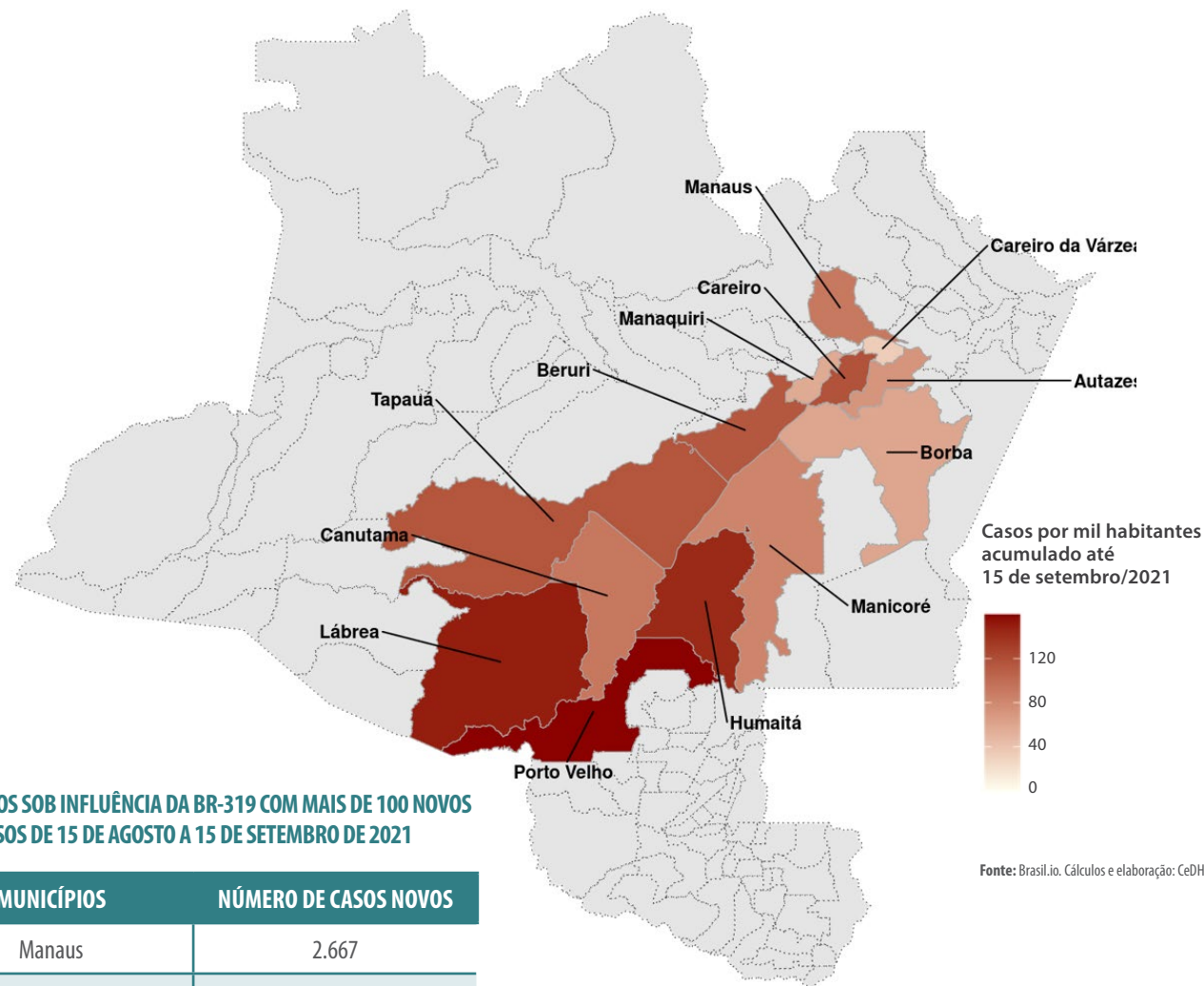
VACINAÇÃO

A vacina ainda é o meio mais seguro de evitar mortes pela covid-19. A adesão à ela é importante para a proteção individual e coletiva de todos. Na área de influência da BR-319, os municípios que estão com o processo de imunização completo mais avançado são Lábrea e Manaus, com 33% e 32%, respectivamente. Por outro lado, os municípios com menores taxas de imunização completa são Tapauá e Beruri, com 2,5% e 6% da população vacinada, respectivamente.

NOVOS CASOS

Entre 15 de agosto e 15 de setembro, dos 13 municípios sob influência da BR-319, somente Manaus (AM) e Porto Velho (RO) registraram mais de 100 novos casos de covid-19, conforme a tabela. É preciso considerar que vários municípios têm liberado dados com menos frequência. Todos os dados analisados neste monitoramento datam do dia 10 de setembro, com exceção de Porto Velho, com dados do dia 5 de setembro. O crescimento percentual dos casos na região teve redução para todos os municípios em relação ao mês anterior.

Mapa das áreas com casos de covid-19 nos 13 municípios sob influência da BR-319 - acumulado até 15 de setembro/2021.



MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 COM MAIS DE 100 NOVOS CASOS DE 15 DE AGOSTO A 15 DE SETEMBRO DE 2021

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CASOS NOVOS
Manaus	2.667
Porto Velho	573

Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.



CASOS ACUMULADOS

Desde o início da pandemia até o dia 15 de setembro, Manaus acumulou mais de 203 mil casos de covid-19. No mesmo período, Porto Velho registrou 86 mil casos; Humaitá, 8 mil; e Lábrea, 7 mil. Nos 13 municípios sob influência da BR-319, os casos acumulados da doença somam mais 328 mil.

Em termos relativos ao total da população, Humaitá, Lábrea e Porto Velho são os municípios com o maior número de casos acumulados, com mais de 140 por mil habitantes. Careiro, Tapauá e Beruri estão em seguida com taxas superiores a 110 por mil habitantes. (conforme o mapa).

MORTES

Entre 15 de agosto e 15 de setembro, foram registradas 69 mortes nos 13 município sob influência da BR-319. Desde o início da pandemia até o último dia 15, foram 12,68 mil mortes.

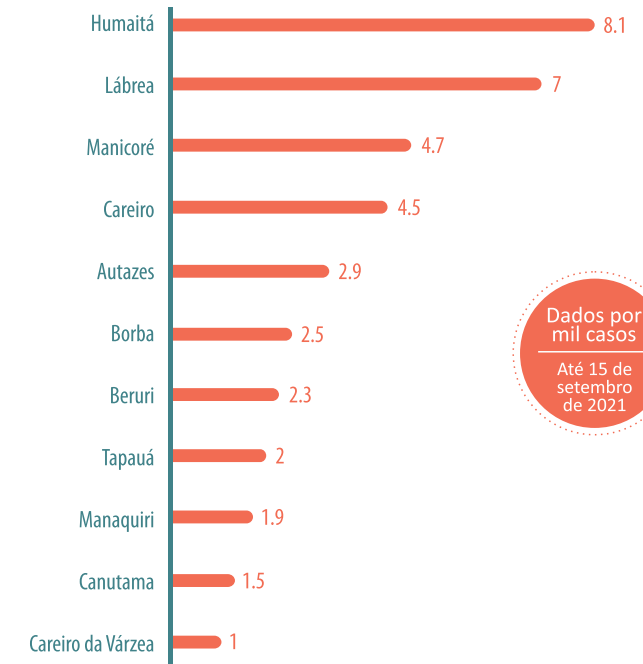
O maior aumento relativo de mortes se deu em Tapauá com duas mortes, representando um aumento de 9,1% no número de mortes acumuladas desde o início da pandemia. Em termos absolutos, Manaus apresentou o maior aumento com 55 mortes - o que corresponde a um aumento de 0,55%.

REDUÇÃO NO AUMENTO PERCENTUAL DE CASOS EM SETEMBRO COM RELAÇÃO A AGOSTO NOS MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319

MUNICÍPIOS	REDUÇÃO %
Autazes	-0,25%
Beruri	-1,10%
Borba	-4,58%
Canutama	-1,57%
Careiro	-1,25%
Careiro da Várzea	-0,21%
Humaitá	-0,39%
Lábrea	-0,27%
Manaquiri	-1,80%
Manaus	-3,20%
Manicoré	-0,04%
Porto Velho	-0,94%
Tapauá	-4,01%

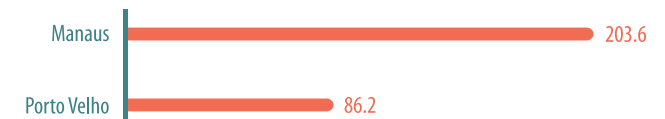
Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



Dados por mil casos
Até 15 de setembro de 2021

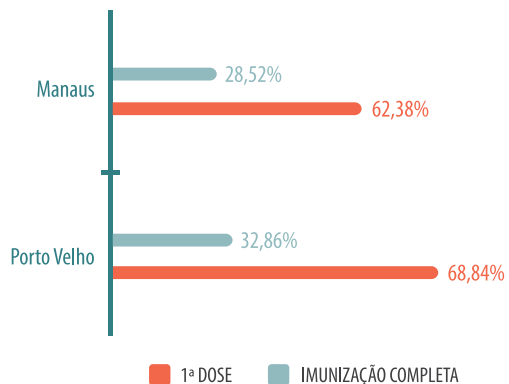
CAPITAIS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.



VACINAÇÃO - CAPITALS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319

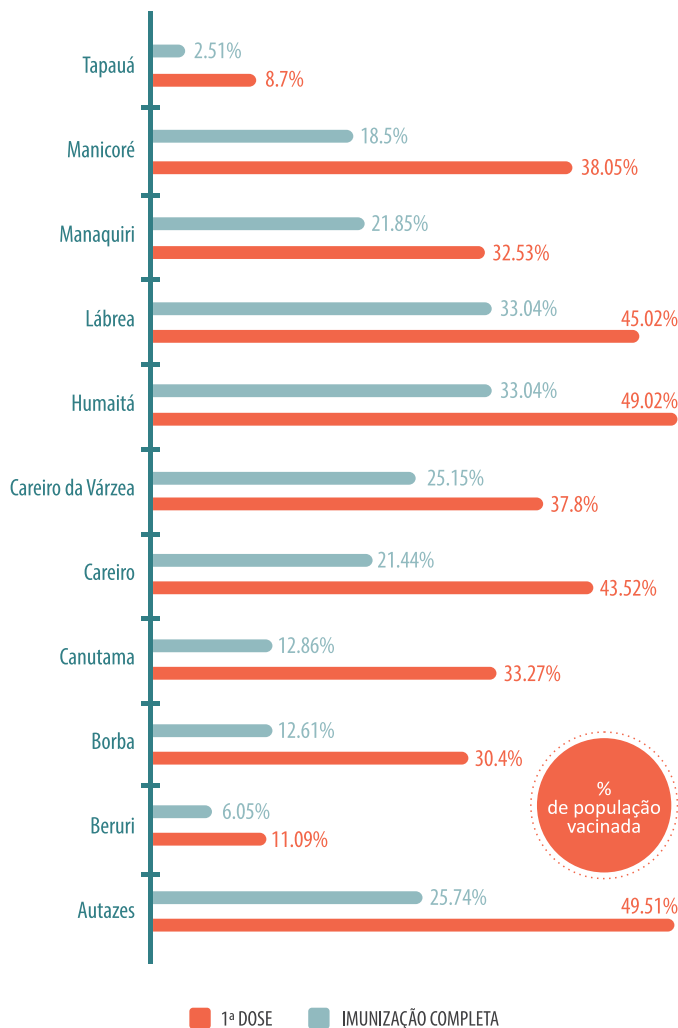


Fonte: Ministério da Saúde e elaboração: CeDHE-FGV.



CLIQUE AQUI E ACOMPANHE A VACINAÇÃO EM CADA ESTADO

VACINAÇÃO - 11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



Fonte: Ministério da Saúde e elaboração: CeDHE-FGV.



NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- Plataforma oficial do Governo Federal
- Paineis Conass Covid-19



NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- InfoAmazônia – Mapa interativo Covid-19
- Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- ODS Atlas Amazonas - Covid-19-Amazonas



NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

- Boletim epidemiológico da Sesai – Casos indígenas
- Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- ISA - Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a covid-19



B
L
I
C
A
S

Ciência



Foto: Divulgação / Reprodução



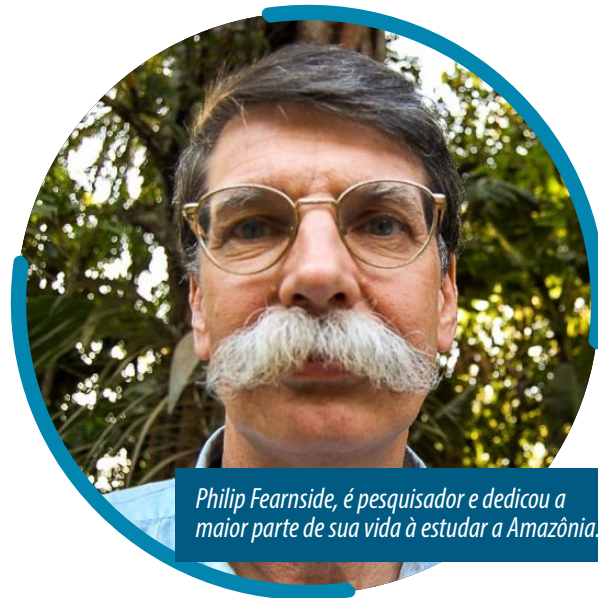
Audiências públicas BR-319: um atentado aos interesses nacionais do Brasil e ao futuro da Amazônia

Por **Philip M. Fearnside**

O fato de que as audiências públicas estão sendo realizadas é um sinal revelador de quão deficiente é o sistema de tomada de decisões do Brasil.

Sabe-se há décadas que a rodovia BR-319 é economicamente inviável, mesmo em termos de custos financeiros imediatos, como aponta Karenina Teixeira na sua tese de doutorado, quanto mais com uma contabilidade adequada dos enormes custos do empreendimento, custos ambientais. Carece até o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), que é feito para todos os grandes projetos inclusive reconstruções, como a da BR-163.

Também ficou aparente que os interesses nacionais básicos do Brasil seriam ameaçados pela perda de serviços ambientais da destruição ambiental que seria estimulada pela rodovia e suas estradas vicinais associadas. Em 2021 o sudeste do Brasil sofre uma grande seca, sendo que a “crise hidrológica” e a consequente “crise energética” devem ser ainda piores em 2022. Em 2014 a cidade de São Paulo esteve perto de ficar sem água, até para beber. Essas



Philip Fearnside, é pesquisador e dedicou a maior parte de sua vida à estudar a Amazônia.

Foto: Reprodução/O Eco

secas não se devem principalmente à perda da floresta amazônica, mas sim às mudanças climáticas globais associadas ao aquecimento global. No entanto, se o efeito da perda do transporte de água da Amazônia para São Paulo pelos ventos, conhecidos como “rios voadores”, fosse adicionado a este nível atual de variabilidade climática, o resultado seria catastrófico. A BR-319 e as estradas vicinais associadas ameaçam o bloco de floresta que é justamente a área mais crítica para

a manutenção do fornecimento de vapor d’água para São Paulo: a vasta área entre a rodovia BR-319 e a fronteira do Brasil com o Peru.

Os impactos da BR-319 vão muito além do que é considerado no EIA, que se concentra na faixa ao longo do próprio traçado da rodovia. No entanto, o EIA contém trechos ocasionais que tocam neste impacto mais amplo, e os funcionários do Ibama, portanto, não podem alegar que não foram avisados. Os mais importantes são a planejada rodovia AM-366, que ligaria a BR-319 a Tapauá, Tefé e Juruá, e a AM-248, que se ramificaria da AM-366 para ligar Coari à BR-319. Os planos para essas estradas só existem por causa da BR-319, e seu impacto é parte do impacto do projeto da BR-319. O EIA contém a afirmação de que: “existe uma previsão no Plano Diretor de Tapauá na implantação da AM-366 pós restauração da BR-319/AM”. O texto está na parte 5, páginas 3.565 e 2.362 do documento. Funcionários do Ibama não podem alegar ignorância disso.



Leia o artigo completo na agência Amazônia Real

Philip M. Fearnside é biólogo, pesquisador do Inpa e um dos cientistas especializados em Amazônia mais respeitados do mundo.



Minuto BR





Xenofobia



Mais de 45 organizações e pessoas da sociedade civil assinaram uma **nota de repúdio** aos ataques sofridos pelo cientista Philip Fearnside durante da audiência pública realizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), na noite da última segunda-feira (27), em Manaus (AM). Philip é um dos pesquisadores especializados na Amazônia mais respeitados do mundo. A nota também foi assinada por pesquisadores de instituições de todo o mundo.

Desabamento



No último dia 24, **várias crateras se abriram no km 118 da BR-319**, perto de Careiro Castanho. Segundo o Dnit, a situação foi causada pelo rompimento no eixo e nas laterais da pista. O fluxo de veículos só foi liberado no dia 27, após a realização de obras de aterro e repavimentação.

Adote um Parque



A Subprocuradora Geral da República e coordenadora da 6ª CCR/MPF, Eliana Peres Torelly de Carvalho, **recomendou que o governo exclua todas as Resex do Programa Adote um Parque**. Entre outras medidas, ela pede que qualquer programa ou potencial inclusão futura respeite os termos da Convenção nº 169 da OIT para a realização de um procedimento de consulta livre, prévia, informada e de boa-fé com todos os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais cujos territórios incidem nas Unidades de Conservação potencialmente afetadas pelo programa.

Incêndio



Bombeiros militares e homens da Força Nacional atuaram para combater um incêndio florestal no km 106 da BR-319 na manhã do dia 23, durante a **Operação Tamoioatá**. Segundo a SSP-AM, além dos focos de incêndio, a área também estava sendo desmatada. No local, foram encontrados resíduos de cinza e carvão.



Áudio



O Observatório BR-319 lançou em setembro o seu informativo em formato de áudio, batizado de “Momento Observatório BR-319”. A iniciativa tem o objetivo de ampliar o alcance das ações de comunicação do coletivo, oferecendo alternativas para consumo e acesso a informações importantes sobre a rodovia. Nesta primeira edição, entre outros assuntos, o conteúdo destaca denúncias feitas por moradores e profissionais que atuam na região da BR-319 sobre desmatamento, queimadas e invasões de terras. Ele pode ser ouvido on-line nas principais plataformas de conteúdo sonoro: **Apple**, **Deezer** e **Spotify**.



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam);

Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Rodolfo Oliveira Lorenzo (CeDHE-FGV)

Revisão // Allex Gomes (FAS), Fernanda Meirelles e Paula Guariado (Idesam).

Coordenação de Divulgação // Samuel Simões Neto e Izabel Santos (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



idesam

